

CONGO (2021), DE MICHAEL CRICHTON

UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DIREITOS ANIMAIS

Jaimeson Machado Garcia
(Universidade de Santa Cruz do Sul)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Jaimeson Machado Garcia é graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Franciscano (2013, Santa Maria - RS) e em Comunicação Social - Produção Editorial pela Universidade Federal de Santa Maria (2014, Santa Maria - RS). Também é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, com bolsa do Programa BIPSS - Bolsas Institucionais para Programas de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul (Edital 01/2019), e doutorando pelo mesmo programa, com bolsa PROSUC/CAPEs - Modalidade II. Durante o segundo semestre de 2023, realizou o doutorado-sanduíche no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (COS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sob orientação da Prof. Dra. Lucia Santaella.

RESUMO

Ao longo de sua carreira literária, o escritor e roteirista estadunidense Michael Crichton (1942-2008) dedicou-se a explorar uma ampla gama de temas relacionados ao Antropoceno. Em meio à sua extensa biografia, a obra *Congo* (1980 [2001]) se destaca por desafiar a visão centrada no homem ao abordar, entre outros assuntos, os direitos animais. A trama, ambientada durante uma expedição à floresta africana que dá nome à obra, tem como personagem catalisador dessa temática Amy, uma gorila da montanha dotada de “comportamentos humanos”, destacando-se sua capacidade de se comunicar por meio da língua de sinais americana (ASL). Apesar de ter sido originalmente publicada há quase cinquenta anos, *Congo* (1980 [2001]) permanece atual ao abordar questões universais que ressoam contemporaneamente, principalmente pela exploração dos dilemas éticos ligados à pesquisa científica em uma sociedade cada vez mais sensível ao tratamento dos animais. Diante desse contexto, o presente artigo busca contribuir para os estudos que investigam a representação dos direitos animais na literatura, focalizando a identificação dos principais pontos que exploram as questões relacionadas a essa temática ao longo da narrativa, sob a influência dos pensamentos de Peter Singer e Tom Regan. Dessa forma, a análise narrativa revela questões como o tráfico de animais silvestres, as problemáticas em torno dos zoológicos e, principalmente, o uso de animais não humanos em experimentos científicos. Ao final, estabelecemos um debate sobre como *Congo* (1980 [2001]) se mostra como um interessante meio de reflexão sobre as complexas interações entre a humanidade e o reino animal.

ABSTRACT

Throughout his literary career, the American writer and screenwriter Michael Crichton (1942-2008) devoted himself to exploring a wide range of themes related to the Anthropocene. Amidst his extensive biography, the work *Congo* (1980 [2001]) stands out for challenging the anthropocentric view by addressing, among other subjects, animal rights. The plot, set during an expedition to the African forest that gives the work its name, features Amy as the catalyzing character for this theme, a mountain gorilla endowed with “human behaviors”, notably her ability to communicate through American Sign Language (ASL). Despite being originally published almost fifty years ago, *Congo* (1980 [2001]) remains relevant by addressing universal issues relevant today, primarily through the exploration of ethical dilemmas linked to scientific research in a society increasingly sensitive to animal treatment. In this context, the present article seeks to contribute to studies investigating the representation of animal rights in literature, focusing on identifying key points that explore issues related to this theme throughout the narrative, influenced by the thoughts of Peter Singer and Tom Regan. Thus, the narrative analysis reveals issues such as wildlife trafficking, challenges surrounding zoos, and, most notably, the use of non-human animals in scientific experiments. In conclusion, we establish a debate on how *Congo* (1980 [2001]) serves as an interesting means of reflection on the complex interactions between humanity and animal kingdom.

PALAVRAS-CHAVE

Congo; Literatura; Direitos Animais;

KEYWORDS

Congo; Literature; Animal Rights;

INTRODUÇÃO

Composta por obras que entrelaçam temáticas voltadas aos potenciais perigos dos avanços tecnológicos e das (in)consequências das ações humanas na natureza por meio da ficção científica, a bibliografia de Michael Crichton (1942-2008) é amplamente reconhecida por tratar de questões relacionadas ao Antropoceno. Em um panorama muito breve em torno de sua produção literária, que conta com mais de trinta títulos publicados em vida e pós-morte, é possível termos uma dimensão de como suas narrativas não somente incorporam tais complexidades, mas também servem como um meio para repensarmos a nossa responsabilidade no ambiente natural que nos cerca.

Em *Jurassic Park* (1990 [2022]), possivelmente o mais popular de todos devido à adaptação cinematográfica homônima que se tornou uma franquia de grande sucesso, Crichton explora os potenciais perigos da manipulação genética ao idealizar um parque temático em que as atrações turísticas são "dinossauros" trazidos à vida após a extinção. A narrativa destaca, fundamentalmente, como a ganância humana pode desencadear o caos quando os limites da prudência científica são ultrapassados. Já em *O Enigma de Andrômeda* (1971 [2018]), o perigo não está na Terra, mas fora dela. Ao utilizar como enredo um micro-organismo extraterrestre que passa a ameaçar a existência humana devido à sua rápida propagação e mortalidade, o escritor apresenta os potenciais riscos caso a exploração espacial traga para o planeta organismos alienígenas. Enquanto em *Resgate no Tempo* (1999 [2001]), a narrativa mergulha nas implicações éticas das viagens no tempo, que podem desencadear efeitos em cascata e alterar o curso natural da história.

Mas, entre essas e outras obras, há uma que se destaca por abordar, além de outros aspectos, diferentes questões que envolvem os direitos animais como mote para se pensar o próprio Antropoceno — uma vez que o reconhecimento e a promoção ética equitativa a outras formas de vida desafia a visão centrada no ser humano. Em *Congo* (1980 [2001]), a trama tem início com uma expedição realizada pela empresa privada ERTS (*Earth Resources Technology Services*) a uma região vulcânica localizada na selva africana que dá nome à obra. Ao buscar as minas de um tipo raro de diamante, capaz de ser utilizado como fonte de energia alternativa, esse primeiro grupo acaba por encontrar um trágico destino pelas mãos de criaturas misteriosas.

Para saber o que aconteceu com esse primeiro grupo, a ERTS acaba por despachar um segundo. Nele se encontram os principais personagens da narrativa: a funcionária de alto escalão da ERTS Karen Ross, o guia local Munro, o primatologista Peter Elliot, e o seu objeto de estudo, Amy, uma gorila fêmea da montanha capaz de se comunicar com os seres humanos por meio da Língua de Sinais Americana (ASL). À medida em que a narrativa se desenvolve, a equipe se depara com as ruínas de Zinj, uma antiga civilização vigiada por uma espécie não identificada de gorilas — responsáveis pela morte dos integrantes do primeiro grupo.

Mesmo tendo que lidar com tais adversidades, o grupo consegue encontrar os diamantes azuis, mas, inadvertidamente, acaba por desencadear a erupção do vulcão ao instalar explosivos nas minas para averiguar, por meio da ressonância, a dimensão do local.



Resultando na destruição das minas e das ruínas da cidade de Zinj, a equipe decide encerrar a expedição. Ross renuncia o seu cargo na ERTS, Munro segue sua vida como guia local e Elliot encerra as pesquisas do “Projeto Amy” após levá-la a uma reserva no Zaire, onde passou a conviver com outros de sua espécie.

Embora tenha sido publicado originalmente há quase cinco décadas, *Congo* (1980 [2001]) é uma narrativa que se mantém atual por abordar questões universais que continuam a ressoar contemporaneamente, principalmente em razão das que se voltam aos dilemas relacionados às pesquisas científicas em uma sociedade cada vez mais preocupada com a ética no tratamento dos animais. Por isso, a fim de contribuir para com os estudos que se voltam à representação dos direitos animais no âmbito literário, o presente estudo tem por objetivo demonstrar não somente de que maneira Crichton explora tal temática, mas também quais os principais pontos são abordados ao longo da narrativa.

Neste sentido, este estudo apresenta, em um primeiro momento, um breve panorama teórico em torno dos direitos animais com o intuito de contextualizar os debates acerca dessa temática. Em seguida, são destacados os pontos cruciais da narrativa onde essas discussões surgem, culminando em uma breve reflexão sobre essa obra de Crichton.

1 UM BREVE PANORAMA SOBRE OS DIREITOS ANIMAIS

Os Direitos Animais se constituem como uma linha de pensamento que percorre diversas áreas, incluindo, mas não se limitando, ao filosófico, sociológico, biológico, jurídico e até mesmo ao religioso. Devido a esse aspecto interdisciplinar, divergências internas acabam sendo inerentes em razão das complexidades que envolvem as questões abordadas, já que, de maneira geral, a “[...] desigualdade dos animais em relação ao reflexo do rosto humano abre espaço à desigualdade latente entre os próprios membros da população humana”, conforme destacado por Oliveira (2004, p. 284).

Em um breve retrospecto em torno dos direitos animais, Franklin (2004) afirma que a noção de os seres humanos possuírem pelo menos algumas responsabilidades éticas para com os animais vem desde os tempos mais remotos, estando presente nas mais diversas tradições filosóficas ocidentais e orientais. No entanto, segundo conta, muitas dessas doutrinas são consideradas incompletas, uma vez que não abordam todas as questões que são discutidas contemporaneamente.

Dos principais teóricos, cujas ideias ocupam posições predominantes em torno dos debates sobre essa temática nos dias atuais, destacam-se, no campo filosófico, Peter Singer e Tom Regan. O primeiro filósofo parte de uma perspectiva Utilitarista, que, de maneira resumida, se encontra sustentada na aceção de que a moralidade é um ato relacionado ao seu impacto na maximização do bem-estar ou felicidade. Tomando como foco as consequências das ações como critério central de avaliação, um ato moral somente é considerado correto se resultar em maior felicidade para o maior número de pessoas em comparação a qualquer outro curso em ação.

Embora tanto essa vertente quanto o próprio Singer sejam alvos de diversas críticas por caírem em paradoxos polêmicos, sua teoria é amplamente citada por advogar pela

abolição de práticas que causem sofrimento desnecessário aos animais, como é o caso da atual indústria pecuária e o cruel desperdício de animais vivos em testes e experimentações biomédicas — críticas essas que podem ser refutados dentro do próprio viés do Utilitarismo, visto que a necessidade de proteína e o desenvolvimento de fármacos para a sobrevivência humana em geral acabam por superar qualquer sofrimento individual (Franklin, 2004).

No entanto, o seu maior legado é, possivelmente, a defesa do conceito de especificismo. O especificismo, como explica Guida (2011), diz respeito ao uso que os seres humanos fazem do seu estatuto de animal superior para o domínio de outras espécies. Todavia, tal conceito não se limita apenas aos animais não humanos, visto que dentro do âmbito humano ele também é aplicável. O patriarcado, que estabelece poder sobre as mulheres, o racismo, em que o tom de pele e traços físicos geram preconceito a uma raça marginalizada, bem como as diferenças socioeconômicas e culturais entre países e grupos étnicos são algumas das circunstâncias que representam esse conceito no âmbito das relações entre humanos. Ou seja, o especificismo, de modo geral, pode ser resumido como “[...] uma afirmação de poder sobre o Outro, com o objetivo de tentar anular a voz e a identidade desse Outro” (Guida, 2011, p. 289).

Dessa maneira, Singer (2004) argumenta que a forma como tratamos é uma questão moral que se equipara à luta contra o racismo e o sexismo por serem prejudiciais aos membros de outras espécies. Para ele, “[...] quando os humanos atribuem menos importância ao sofrimento de animais não humanos em comparação ao sofrimento equivalente em outros seres humanos” (p. 9-10). Apesar de todas as controvérsias que envolvem o seu pensamento, podemos afirmar que a teoria de Singer é relevante na discussão ética contemporânea por estimular diálogos sobre nossa responsabilidade para com os animais e desafiando concepções arraigadas sobre a hierarquia moral entre espécies.

Já Reagan, cujas ideias também são carregadas de controvérsias, tem como ponto de partida a crítica a René Descartes e a certos pensadores neocartesianos contemporâneos, a partir de uma perspectiva Kantiana, como explicam Franklin (2004) e Oliveira (2004). Esse marco ocorre porque o objetivo de Reagan é remover quaisquer dúvidas remanescentes de que os animais são conscientes e têm sentimentos, ao mesmo tempo em que também podem possuir um grau significativo de subjetividade, especialmente os mamíferos com um ano ou mais de idade, que são mais semelhantes a seres humanos que passaram da fase da infância (Franklin, 2004).

Oliveira (2004) explica que, para o referido filósofo, o que nos torna iguais não é a espécie em si, em seu sentido biológico, mas alguns aspectos selecionados em seu âmbito, como a alma, o intelecto, a razão, a autonomia, entre outros. Em vista disso, o dilema apresentado por Regan é o de que, “[...] ou defendemos os animais, aplicando de fato e de direito o princípio moral da igualdade, ou não temos justificativa moral alguma para sustentar os direitos humanos” (Oliveira, 2004, p. 284). Isso se deve porque, tais critérios acabam excluindo não somente os animais não humanos, mas uma gama de seres humanos.

Esse é o caso de um gorila ou um chimpanzé que, como destacado por Wolf (1999), é mais plenamente um "humano" do que um bebê humano de seis meses. Entretanto, este último é tratado com considerações éticas, reforçadas por lei, que levam em conta seus interesses e direitos, enquanto o primeiro pode ser submetido a todos os tipos de tratamento abusivo e explorador — incluindo a morte —, unicamente por causa de sua espécie. Dessa forma, Regan argumenta que o erro fundamental na relação entre animais humanos e não humanos reside no tratamento destes últimos como meras "coisas" ou "recursos", utilizáveis para a satisfação dos interesses humanos. Essa abordagem cria um sistema de exploração que carece de justificação moral. No entanto, certos animais exibem uma complexidade psicológica que os qualifica como sujeitos de uma vida; como tal, possuem valor inerente e têm o direito de serem tratados com respeito, equiparando-se aos humanos não paradigmáticos (Oliveira, 2004).

Portanto, "[...] uma vez que esses seres humanos não-paradigmáticos fazem parte da comunidade moral, o mesmo status moral há de ser atribuído aos animais com capacidades psicológicas similares, que também passam a estar envolvidos nas relações morais" (Oliveira, 2004, p. 285). A argumentação de Regan pode ser resumida pela necessidade de estender os princípios éticos que regem as interações humanas para incluir os animais, reconhecendo e respeitando a complexidade de suas experiências e conferindo a eles um estatuto moral equiparável ao atribuído a certos grupos humanos.

Wolfe (1999), a partir das visões de Singer e Regan, sustenta que, se os critérios usados para distinguir humanos de animais não humanos falham em incluir todos esses últimos, também falham em incluir os *Homo sapiens*. Isso ressalta a complexidade na definição e aplicação de tais critérios éticos. Longe de buscar uma conclusão definitiva ou mesmo esgotar o assunto, abordagens como as de Singer e Regan ressaltam a importância de repensar a ética em relação aos animais, considerando a complexidade inerente à natureza humana e a necessidade de contemplar uma ampla variedade de critérios ao discutir os direitos e interesses de todos os seres vivos.

2 AMY, A GORILA: NO LIMIAR ENTRE O HUMANO E O NÃO HUMANO

"O que é um animal domesticado, ou uma calculadora de bolso, senão uma tentativa de renunciar ao controle? Não queremos arar os campos nem calcular uma raiz quadrada. Assim, entregamos o trabalho a alguma outra inteligência, que treinamos, criamos ou produzimos" (Crichton, 2001, s/p).

Embora Congo (2001) entrelace em sua trama questões relacionadas ao neocolonialismo e aos potenciais perigos da inteligência artificial, as que se voltam aos direitos animais se encontram fundamentalmente centradas em Amy. A escolha de Crichton por destacar, entre outros animais não humanos, justamente uma gorila para desempenhar esse papel, não é uma mera aleatoriedade. Isso se deve porque, como se sabe, humanos e primatas compartilham entre si uma linhagem evolutiva muito próxima,

exibindo uma variedade notável de semelhanças e diferenças em suas características anatômicas, comportamentais e cognitivas.

No entanto, em *Congo* (2001), esses aspectos se tornam opacos quando Crichton apresenta Amy como um animal não humano com um nível de inteligência e consciência equiparável a inteligência e consciência humana, ressaltada pela sua capacidade de se comunicar por meio da ASL. Na análise dos direitos animais apresentada pela narrativa, este ponto se evidencia primordialmente, pois o aprendizado de Amy nessa linguagem não foi espontâneo, mas sim imposto pela interferência humana durante pesquisas linguísticas aplicadas aos primatas.

A história de Amy, na narrativa, é descrita como uma gorila das montanhas que foi levada do continente africano aos sete meses de idade, após sua mãe ter sido morta pelos nativos para ser utilizada como alimento, para o zoológico de Minneapolis, no Estados Unidos, depois que uma turista americana a adquiriu de maneira ilegal durante uma viagem. Essa circunstância de captura e comercialização ilícita da gorila como uma mercadoria ressalta outros dois pontos importantes nas transgressões aos direitos animais abordados na obra de Crichton: a existência de zoológicos e a utilização de animais em pesquisas científicas.

Além do próprio caráter neocolonialista da exploração comercial de animais não humanos, que perpetua um ciclo de sofrimento, deslocamento e confinamento, a existência de zoológicos como um dos pontos se deve ao levantamento de questões éticas e morais sobre o confinamento e a exposição de animais não humanos para entretenimento humano. Jamieson (1985 [2008]), já na década de 1980, criticava a existência desses espaços de encarceramento por marcarem uma diferença significativa entre humanos e animais não humanos.

Contrapondo quatro argumentos geralmente utilizados para justificar a existência dos zoológicos — a saber, diversão, educação, pesquisa e preservação das espécies — Jamieson (2008) defende, entre outras ideias, que os animais não humanos “[...] estão lá para nosso prazer, para serem usados para nossos propósitos [...]” (p. 62), sendo que o “[...] cativeiro não somente nega a liberdade mas também é frequentemente prejudicial para ele em outros aspectos [...]” (p. 61). Um deles é o problema de reprodução dos zoológicos, que muitas vezes criam animais que não se quer, a ponto de os deixarem “[...] largados nas mãos de indivíduos e instituições com falta de recursos apropriados” (p. 59).

Em *Congo* (2001), esse aparenta ser justamente o caso de Amy. Quando Peter Elliot conta como se tornou o responsável pela gorila durante um período de três anos, o personagem relata o desinteresse do zoológico em tê-la de volta: “Eles não pareciam muito interessados, quando telefonei. Para ser franco, creio que haviam esquecido Amy. Afinal, eles dispõem de mais quatro gorilas” (Crichton, 2001, s/p). Tal indiferença acaba por demonstrar não apenas uma aparente negligência, mas a desconexão entre a instituição responsável por Amy e a necessidade de uma abordagem individual sobre o bem-estar da gorila da montanha. Em especial, por se tratar de um animal não humano que passa a demonstrar determinados comportamentos análogos aos dos humanos ao longo da pesquisa.

Entre esses “comportamentos humanos” apresentados por Amy, podemos destacar as “[...] muitas características adolescentes típicas, inclusive acessos de raiva e depressão, preocupação com sua aparência, um novo interesse pelo sexo oposto [...]” (Crichton, 2001, s/p.), e o hábito ocasional de beber álcool e fumar. Dessas, as que mais se destacam é “[...] o fato de Amy ser o primeiro primata a revelar que sonhava [...]” (Crichton, 2001, s/p.) e ser capaz de ilustrar os seus sonhos por meio de pinturas — que aparentam ser a representação de uma antiga ruína do tempo em que viveu no Congo.

Embora essa pesquisa que se delineia em torno de Amy ser do tipo que busca avaliar o seu comportamento enquanto um animal não humano frente à aquisição de uma língua, convém destacar que nem todos os primatas — e mesmo outros animais não humanos — têm esse fim no âmbito científico. Conforme explicitado por Aymoré (2008), os pesquisadores costumam selecionar os animais mais comuns para servirem como cobaias em laboratórios de acordo com os objetivos específicos de seus experimentos. Essa escolha é frequentemente influenciada pelos custos e também pela possível reação da sociedade, uma vez que é amplamente reconhecido que animais não humanos menos evoluídos e visualmente menos atraentes, como sapos, rãs e ratos, tendem a provocar menos comoção do que o uso de animais mais domesticados. Portanto, podemos considerar este como o segundo ponto importante relacionado às transgressões aos direitos animais abordados na obra de Crichton.

Crichton (2001, s/p), por meio do narrador, levanta esse ponto quando destaca a discrepância na consideração entre espécies diferentes:

Poucos pesquisadores operavam cachorros, gatos e outros mamíferos sem anestesia. Mas que dizer de anelídeos, sanguessugas, lagostas ou lulas? Ignorar essas criaturas era uma forma de “discriminação taxonômica”. Mas se esses animais mereciam consideração, não deveria também ser ilegal jogar uma lagosta viva num caldeirão de água fervendo?

Esse questionamento final sobre a legalidade de jogar uma lagosta viva em água fervente levanta uma questão ética importante, pois chama a atenção para práticas que envolvem crueldade animal, questionando se certas ações devem ser consideradas moralmente aceitáveis. No caso, os primatas, que começaram a ser utilizados como animais de laboratórios a partir dos anos 50, “[...] são utilizados nas pesquisas em substituição ao homem, na busca de reproduzir as condições fisiológicas e patológicas que ocorrem nos humanos [...]”, como conta Andrade (2002, p. 219).

Mas, se por um lado a utilização de animais não humanos em pesquisas científicas trouxe avanços importantes para a compreensão de condições fisiológicas e patológicas, por outro, os procedimentos empregados, muitas vezes invasivos, incluem testes, cirurgias e experimentos, que podem causar desconforto e sofrimento a esses seres. Esse é o caso, por exemplo, da vivisseção, uma operação feita para estudos fisiológicos e morfológicos onde, não raramente, animais vivos são cortados e explorados frequentemente sem ou com o uso de anestésias (Aymoré, 2008).

Por conta disso, organizações e ativistas dos direitos dos animais argumentam que a experimentação — principalmente em nossos “primos” primatas — é cruel e muitas vezes desnecessária, ainda mais no contexto atual, em que os avanços tecnológicos oferecem diferentes alternativas. Esse posicionamento é especialmente enfatizado em *Congo* (2001) quando Elliot começa a divulgar os primeiros resultados dos experimentos com Amy e uma das organizações em prol dos direitos dos animais se manifesta contra.

Como descrito:

[...] A maioria dos manifestantes era de mulheres e havia diversas crianças pequenas. Cenas de um garoto de oito anos empunhando um cartaz com a fotografia de Amy e gritando "Libertem Amy! Libertem Amy!" apareceram no noticiário de TV local (Crichton, 2001, s/p).

Apesar de tais objeções, Elliott persiste em sua pesquisa com Amy até o momento em que recebe um telefonema de Karen Ross, desencadeando uma reviravolta em suas investigações, já que teria a oportunidade de explorar os significados dos sonhos da gorila. À medida que eles deixam os Estados Unidos e seguem para o Congo, o especifismo entre Elliot e Amy se torna cada vez mais complexo. Embora a relação pareça, em determinados momentos, parental, o caráter autoritário de Elliott se destaca nas ocasiões em que ele seda Amy, impondo sua vontade quando a gorila se recusa a obedecer a certas ordens durante a tumultuada viagem até o local dos diamantes azuis.

Em diversas situações, como o embarque em um avião nos Estados Unidos e a necessidade de enfrentar o medo de água em um trajeto de barco no Congo, Amy é constantemente submetida às decisões de Elliott, evidenciando uma complexa relação entre os dois, o que revela uma dualidade marcante entre sua natureza não humana e as percepções humanas desses comportamentos:

Depois que levantaram voo, no entanto, Amy olhou pela janela e imediatamente entrou em pânico. Desafivelou o cinto de segurança e correu de um lado para outro do compartimento de passageiros, olhando em cada janela, empurrando as pessoas e se lamuriando de terror, enquanto sinalizava: *Onde chãõ chãõ onde chãõ? Lá fora, o chãõ estava escuro e indistinto. Onde chãõ?* Elliot aplicou-lhe o Thoralen e depois tratou de arrumá-la, sentando-a e puxando seus cabelos (Crichton, 2001, s/p).

Mesmo quando encontra a sua própria espécie, destacando-se entre seus pares por suas habilidades linguísticas e cognitivas, Amy reproduz a mesma atitude de superioridade que Elliot ao chamar os outros gorilas de “[...] coisas estúpidas [...]” (Crichton, 2001, s/p), reforçando a noção de que sua exposição à cultura humana a distinguiu consideravelmente. Essa escolha de Amy de se alinhar aos humanos, mesmo quando confrontada com seus semelhantes, destaca a influência significativa da experiência e do ambiente em sua identidade e preferências sociais, que muito se deu em razão da gorila ter tido mais contato com os humanos ao longo de sua vida do que com indivíduos de sua própria espécie.

Após escaparem do vulcão em erupção e a expedição se dar por encerrada, o ato de Elliot libertar a gorila ressoa com temas amplos que se voltam à liberdade e à autonomia, pois pode ser interpretada como uma declaração sobre o direito inalienável de todos os seres vivos viverem em conformidade com suas naturezas e desejos, destacando a necessidade de respeitar a vida selvagem e evitar sua exploração por parte dos seres humanos. Ou seja, ao dar a ela a liberdade de seguir o seu caminho natural, Elliot reconhece a capacidade dos animais de fazerem escolhas e controlarem suas próprias vidas, desafiando a noção de controle humano sobre outras espécies.

Este gesto simboliza não apenas a mudança de atitudes, mas também a disposição humana de agir altruisticamente em prol do bem-estar de outras criaturas, destacando uma ética de cuidado e consideração para com os seres não humanos. Assim, a trajetória de Amy — desde o tráfico ilegal até sua libertação —, pode ser interpretada como uma narrativa metafórica na perspectiva dos Direitos Animais. Ao evidenciar a importância de reconhecer e respeitar a vida em todas as suas manifestações, desafiando a visão antropocêntrica que coloca a inteligência e sensibilidade como características exclusivas da espécie humana, a jornada de Amy destaca a complexidade das relações entre humanos e animais não humanos, sugerindo que a valorização da vida transcende as fronteiras de espécies.

Dessa maneira, a libertação de Amy não é apenas um triunfo individual, mas sim um apelo para uma mudança mais ampla de paradigma, convidando à reflexão sobre a responsabilidade humana em relação às outras formas de vida no planeta. Dentro desse contexto, a narrativa ressalta a necessidade de uma abordagem ética e compassiva em relação aos animais, reconhecendo que a inteligência e a sensibilidade não são exclusivas da humanidade. Essa reflexão incita à consideração dos direitos intrínsecos de todos os seres vivos, promovendo uma maior conscientização sobre as consequências de práticas que desconsideram o bem-estar animal.

3 AS CRÍTICAS À CONGO (2021): O QUE HÁ DE “REAL” NO “FICCIONAL”?

Assim como os pensamentos de Singer e Regan sobre os direitos animais são alvos de críticas, a narrativa de Crichton não está livre de controvérsias. Em especial, na forma como retrata Amy devido à complexidade do assunto. Em *The Science of Michael Crichton* (2008), especialistas de diversas áreas se dedicam a analisar as principais obras do autor para explorar os aspectos 'reais' por trás do 'ficcional' dentro de seus contextos científicos. Entre eles, Maestriperi (2008) enfoca especificamente em *Congo* (1980).

Para Maestriperi (2008), Crichton consegue demonstrar um profundo conhecimento em torno da temática sobre as pesquisas linguísticas envolvendo os primatas. Mas, embora sua visão seja bastante otimista, a plausibilidade de um gorila desenvolver habilidades linguísticas tão avançadas quanto a da personagem, provavelmente, nunca acontecerá — e mesmo que fosse possível, pouco aprenderíamos com os primatas em vista de tudo o que já sabemos sobre eles.

Diante disso, Maestriperi (2008) levanta questões intrigantes relacionadas ao comportamento de Amy enquanto uma gorila da montanha, destacando pontos que

considera problemáticos. Um deles está relacionado à aparente capacidade de algumas espécies de primatas se reconhecerem em espelhos e imitarem as ações dos seres humanos. Ao citar exemplos do livro, como Amy usando um espelho para passar batom e colocar o cinto de segurança em um carro após observar os personagens, Maestriperi (2008) destaca situações que desafiam as concepções convencionais sobre a cognição e a imitação em primatas.

Para ele, a questão central, se os primatas realmente têm um verdadeiro senso de si mesmos e podem imitar ações de humanos, permanece em debates nos círculos científicos. Embora estudos tenham indicado que chimpanzés podem aprender a usar um espelho para atividades específicas, como limpar a testa ou os dentes, Maestriperi (2008) observa que gorilas, como Amy, parecem encontrar mais dificuldades nesse aspecto. Ou seja, a capacidade de imitação e autorreconhecimento pode variar entre diferentes espécies de primatas.

Contudo, as reflexões sobre o autorreconhecimento e imitação em primatas não deixam de contribuir para o debate científico sobre a inteligência e a consciência animal, oferecendo *insights* valiosos sobre a diversidade de habilidades observadas dentro desse grupo taxonômico. Afinal, no âmbito dos direitos animais, tais reflexões levantam perguntas sobre como devemos tratar seres que — possivelmente — são capazes de demonstrar capacidades cognitivas avançadas e comportamentos complexos semelhantes aos nossos.

Já Wolfe (1999) afirma que, embora a narrativa pareça desafiar de maneira significativa o discurso do especifismo, questionando a hierarquização das espécies, ela deixa a categoria do humano e suas formas de realização e representação privilegiadas, como a tecno-ciência e o neocolonialismo, praticamente intactas. Isso se deve porque esses elementos são apresentados na obra como manifestações mais ou menos "naturais" de um processo evolutivo que influencia tanto a natureza quanto a geopolítica.

Todavia, essa abordagem é capaz de sugerir uma reflexão sobre como a crítica ao especifismo não necessariamente desafia as estruturas fundamentais que perpetuam a supremacia humana, pois ao apresentar a evolução desses elementos como inerentemente naturais, a obra destaca a complexidade da relação entre a humanidade, sua história e o ambiente que a cerca. E isso levanta questões sobre como as narrativas podem ser instrumentalizadas para legitimar certas formas de dominação e exploração.

Por isso, em sua visão, podemos facilmente imaginar um quadrado semiótico organizado de acordo com uma lógica em que "humano" significa primata colonizador e "animal" significa primata colonizado. O que é revelador sobre isso, especialmente em um escritor mundialmente conhecido como Crichton por sua tecnofilia e encenação do poder da grande ciência, é como esse procedimento é "não científico", mas "ideológico" — no antigo sentido marxista.

Mas, independentemente dessas e outras críticas, *Congo* (2001) emerge como uma obra que explora questões cruciais relacionadas aos direitos animais e à interação entre humanos e outras espécies, fornecendo uma perspectiva singular sobre as complexidades éticas envolvidas nessas interações. Essas controvérsias em torno da representação de Amy

ressalta a tensão intrínseca entre a ficção científica e a realidade científica, revelando as limitações da imaginação frente às evidências empíricas.

Enquanto Crichton tece uma narrativa sobre a inteligência de Amy, os questionamentos levantados por Maestriperi (2008) e Wolfe (1990) evidenciam a necessidade de discernir entre o potencial especulativo da ficção, os conhecimentos científicos estabelecidos e as ideologias envolvidas. Nesse sentido, a utilização de elementos científicos em *Congo* (2001) não apenas reflete o interesse de Crichton por temas contemporâneos, como também destaca a influência da ciência na moldagem da ficção especulativa.

O contraponto entre a visão otimista de Crichton sobre as capacidades linguísticas dos primatas e as críticas de Maestriperi (2008) e Wolfe (1990) ilustra um dilema intrínseco na ficção científica: equilibrar a necessidade de entretenimento e especulação com a responsabilidade de apresentar conceitos científicos precisos. Entretanto, mesmo que Amy possa ser uma criação fictícia, sua história ao longo da narrativa é capaz de levantar questões mais amplas sobre como as representações de animais não humanos nas obras de ficção podem moldar atitudes e percepções públicas a respeito dos direitos animais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Márcia. Criação e manejo de primatas não humanos. *In*: ANDRADE, A.; PINTO, SC.; OLIVEIRA, RS. (Orgs). **Animais de Laboratório: criação e experimentação** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- AYMORE, Cristina de Fátima Taborda. A utilização de animais na pesquisa científica, envolvendo questões éticas e normativas. **Raízes jurídicas**, Curitiba, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008.
- CRICHTON, Michael. **Congo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001. Versão e-book (sem paginação)
- CRICHTON, Michael. **Jurassic Park**. São Paulo: Editora Aleph, 2022.
- CRICHTON, Michael. **O Enigma de Andrômeda**. São Paulo: Editora Aleph, 2018.
- CRICHTON, Michael. **Resgate no Tempo**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2001.
- FRANKLIN, Julian H. **Animal rights and moral philosophy**. Nova York: Columbia University Press, 2004
- GUIDA, Angela Maria. Literatura e estudos animais. **Raído - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD**, v. 5, n. 10, p. 287-296, 2011.
- JAMIESON, Dale. Contra zoológicos. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 3, n. 4, 2014. DOI: 10.9771/rbda.v3i4.10457.
- MAESTRIPIERI, Dario. Primate Behavior and Misbehavior in Michael Crichton's Congo. *In*: GRAZIER, Kevin R. **The science of Michael Crichton: an unauthorized exploration into the real science behind the fic-tional worlds of Michael Crichton**. Dallas, Texas: BenBella Books, 2008.

OLIVEIRA, Gabriela Dias de. A teoria dos direitos animais humanos e não-humanos, de Tom Regan. *Ethic@-An international Journal for Moral Philosophy*, v. 3, n. 3, p. 283-299, 2004.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Rio de Janeiro: Lugano, 2004.

WOLFE, Cary. Faux post-humanism, or, animal rights, neocolonialism, and Michael Crichton's Congo. *Arizona Quarterly: A Journal of American Literature, Culture, and Theory*, v. 55, n. 2, p. 115-153, 1999.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que viabilizou essa pesquisa sob a forma de bolsa de estudo para o doutorando deste artigo por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC).